



**Bruno Souza Leal (Uni-BH)**

## **A PRODUÇÃO DA FAMILIARIDADE E O PACTO DE LEITURA JORNALÍSTICO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O ensaio discute a relação de familiaridade que marca o jornalismo, especialmente o uso jornalístico da linguagem e a relação com o leitor. A reflexão é feita, inicialmente, com base na percepção do veículo jornalístico como “sujeito semiótico” e do processo de identificação que estabelece com o público. A seguir, toma-se em consideração o contraste entre linguagem jornalística e linguagem literária, tendo como referência a noção de estranhamento, marca da literariedade. Para essa contraposição, além disso, recupera-se o pensamento de Wolfgang Iser, particularmente no que concerne à noção de fictício e à operação dos atos de ficcionalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** LINGUAGEM JORNALÍSTICA; FAMILIARIDADE;  
PACTO DE LEITURA

### **1- Introdução**

Por mais paradoxal que possa parecer a princípio, o jornalismo, tido comumente como veiculador do novo, do diferente, depende substancialmente de uma relação familiar, cotidiana. Afinal, como produto comercial, a notícia pressupõe um hábito de consumo, estruturada que é em torno da regularidade em que é posta em circulação. Não há como conceber a atividade jornalística sem levar em conta a periodicidade dos veículos e todo o esforço de manutenção dessa rotina produtiva de textos.

Esses textos, por sua vez, distinguem-se dos vários outros disponíveis nas sociedades não só pela periodicidade em que vêm à baila, mas também por se apresentarem como tendo um vínculo intrínseco com a realidade. Textos jornalísticos são textos “realistas”, são veículos para que o leitor/ouvinte/telespectador saiba o que é e como é o mundo, ou seja, em resumo, “o que acontece”.

No entanto, ainda que muitos veículos, pesquisadores e jornalistas apregoem que o jornalismo traz “a realidade dos fatos”, não é de certo novidade observar que isso é impossível. Afinal, como texto, como artefato semiótico, lingüístico, a notícia não tem outra realidade que não aquela material, freqüentemente intangível, da letra no papel, da imagem no vídeo, do som no rádio. Não é preciso remontar aos conceitos básicos da semiótica para observar que estudar a relação texto jornalístico/realidade é trabalhar com os *frames*, ou procedimentos, ou estratégias, ou recursos que levam à produção do real, seja na forma de uma organização do tecido sógnico, seja na forma da construção de um modo peculiar de leitura.

Assim, quando se afirma que o texto jornalístico é “realista”, considera-se que menos que trazer a realidade dos fatos, ele produz um efeito de real, à semelhança daquele apontado por Barthes na literatura do século XIX. Nesse sentido, este estudo

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



propõe uma abordagem da linguagem jornalística, como escrita do real, tento em vista a relação de familiaridade que o consumo das notícias estabelece. Se o real do texto jornalístico é um efeito, não se pode pensar, como foi dito, tal relação com o leitor sem se levar em conta a forma peculiar de produção e circulação das notícias.

O percurso empreendido aqui analisa, num primeiro momento, com base no pensamento de Landowski, Rebelo e outros, a produção da familiaridade no jornalismo. Depois, numa segunda parte, retoma-se o pensamento sobre o texto literário como texto ficcional elaborado por W. Iser para observar como se dão algumas das relações que levam ao efeito do real no jornalismo. A hipótese que norteia esse trajeto é a de que, ao contrário da literário, a narrativa jornalística empreende um uso da linguagem que produz familiaridade e não singularidade, através de um jogo em que o fictício presente na sua economia textual é organizado de modo peculiar. Em outras palavras, enquanto que o texto literário explora, via linguagem, as possibilidades do imaginário e da construção de mundos, o jornalismo opera em direção a um apagamento da forma e da valorização de um repertório de referências familiar ao leitor. Esse esforço se dá em função do estabelecimento de um pacto de leitura organizado para produzir e manter a credibilidade fundamental à atividade jornalística.

## 2. Jornalismo e familiaridade.

Como observa Vera França (1998), a leitura do jornal envolve uma “dupla identificação”. O leitor reconhece o veículo jornalístico em meio à diversidade dos outros disponíveis no mercado e se identifica social, ideologicamente com ele. Observando o papel da primeira página dos veículos impressos, em seu estudo sobre o *Estado de Minas*, França conclui: “[d]o outro lado da primeira página, o jornal continua o mesmo, com seus cadernos, rubricas e colunas que o leitor já conhece bem, adquirindo, na sua diversidade, um estilo próprio, fundamento das múltiplas identificações”(FRANÇA, 1998: 132)

A manutenção do mesmo, a continuidade da forma, a repetição do já conhecido, no jornalismo, servem como suporte, moldura, para o novo, o diverso, o que varia periodicamente. A vida de um veículo jornalístico se organiza, assim, nesse duplo movimento de opostos aparentes, em que um complementa e contextualiza o outro. Não há certamente a novidade absoluta nem a redundância excessiva, mas o novo é tornado visível a partir da repetição de fórmulas narrativas, colunistas, espaços, jornalistas, padrão visual, etc. Ao mesmo tempo, a “nova” notícia promove o esvanecimento do já visto, do já conhecido no jornal.

Essa distância entre a história narrada e o suporte dessa narrativa é que permite Landowski (1992), estudando o jornalismo impresso diário, estabelecer uma distinção entre “narrativa” e “discurso” jornalístico. A primeira seria relativa aos “acontecimentos do dia” e envolveria uma temporalidade marcada pelo episódico, pela fragmentação e geradora de curiosidade, da expectativa pelo que “há de novo”. O segundo envolveria o “advento” do veículo, reconhecível em sua periodicidade. Assim, pode-se observar num veículo impresso, por exemplo, ao lado dos textos “novos” sobre “fatos novos”, uma série de marcas que indicam repetição, familiaridade e que o identificam como *aquela* jornal.



### Diz Landowski que o jornal

“...abre generosamente suas páginas ao *aqui agora*, isto é, à prospecção e à programação do vivido mais imediato dos seus leitores: rubricas de informações práticas, depoimentos, curiosidades, crônicas, correspondência dos próprios leitores, classificados e anúncios de todo tipo, programas audiovisuais, horóscopos, prognósticos (...) e, é claro, anúncios publicitários — todos esses são espaços criados visando a manipulação dos estereótipos sociais que configuram a imagem de um Sujeito normatizado por e para a própria recepção do discurso ‘midiático’. Quantitativamente, tem-se um quarto, um terço, a metade do jornal, onde mais nada ‘acontece’, mas em que se apresenta, em compensação, multiforme e coerente, um discurso de assunção e, primeiro, de construção do público leitor” (LANDOWSKI, 1992:120)

Um jornal, um veículo jornalístico qualquer que seja o meio, é algo que surge no horizonte dos leitores de quando em quando. Assim como esse veículo fala do cotidiano, ele também é cotidiano. Mais que uma superfície plana para o sempre novo, um veículo jornalístico se apresenta ao leitor como uma moldura, um suporte para que esse novo se configure. Quando Landowski fala do “Sujeito” normatizado, ele aponta para aquele reconhecimento a que se refere França: o jornal é algo que o leitor identifica, é um sujeito social, organizado, rotinizado e elaborado para que faça parte do dia-a-dia daqueles eleitos como público.

Na definição de Landowski, um jornal é um “sujeito semiótico”, uma entidade reconhecível socialmente: “Todos os leitores o sentem e muitas equipes redacionais trabalham nesse sentido: cada jornal tem seu estilo, um tom, um ‘perfil’ que o define e que...fazem dele uma figura social capaz de cristalizar duradouramente atitudes de atração e de repulsão” (LANDOWSKI, 1992: 118).

Afinal, ao contrário de roupas e alimentos, que devem variar no cotidiano,

“...o jornal, objeto de comunicação, solicita de cada indivíduo a compulsão inversa, exigindo a repetição, favorecendo o hábito ou a rotina, ou, menos disforicamente, uma certa constância — como se, uma vez que alguém elegeu seu jornal, permanecer fiel a ele fosse, em suma, permanecer fiel a si mesmo” (LANDOWSKI, 1992: 119)



Para João Rebelo (2000), a relação desse sujeito semiótico com seu leitor é pautada por uma “dupla convivência”, estabelecida a partir da identificação jornal/consumidor. De um lado, o jornal, definindo o que é notícia, pretende fazê-lo em nome das expectativas, valores, repertórios, do leitor, que, por sua vez, espera reconhecer-se ali. Por outro lado, ao apresentar uma aparência reconhecível gráfica, visual ou auditivamente, o veículo “antecipa” o gosto estético do leitor, que, então, “abre-se” à interação, ao “passeio” pela superfície textual.

Nessa convivência cooperativa, Rebelo observa que a face do jornal tem um aspecto normatizador, que gera “efeitos de real”, “ao estratificar e hierarquizar as leituras, ao normalizá-las através de categorias abstractas” (REBELO,2000:45). Em outras palavras, o jornal, ao se apresentar reconhecível e identificado com o leitor, também faz aceitável não apenas a si como objeto comum, mas também seu “conteúdo”, ou seja, o real por ele veiculado.

Assim, sendo um sujeito semiótico distinto e em busca de uma interação cotidiana, o jornal faz-se presente na vida dos leitores. Com isso, faz familiar também os códigos, os valores, os conceitos, as formas com que organiza e constrói a realidade da qual diz ser reproduzidor. O contato periódico com o veículo é um modo de tornar comum, conhecido e reconhecível, o mundo nele criado.

### 3 – Estranhamento e ficcionalidade

Essa relação de familiaridade é algo que os veículos desenvolvem como forma de estabelecer um pacto de consumo e de convivência com o leitor. Nesse sentido, pode-se observar que o texto jornalístico age na direção oposta daquilo que se julgou ser, ao longo de todo século XX, a marca ou papel fundamental da arte, em especial da literatura: o estranhamento.

O conceito de estranhamento foi elaborado e difundido no universo da crítica literária pela chamada escola formalista russa. A utilização do termo *ostraneniye*, também traduzido como “deformação”, “singularidade” e “desfamiliarização”, para a descrição de uma característica fundamental da linguagem poética, é atribuída primeiro a Chklovski e seu “A arte como procedimento técnico” (TOLEDO, 1978).<sup>1</sup> Mais que uma simples definição de uma estratégia textual, a noção de “estranhamento” está imbricada a uma concepção maior, que abrange toda a linguagem poética.

Para o grupo formalista, a literatura não é simplesmente a representação do mundo, mas, antes, uma linguagem secundária, constituída a partir do uso cotidiano dos signos. Sendo assim de caráter não-pragmático, a literatura opera uma deformação, ou melhor, uma singularização, dos signos lingüísticos, alterando o modo de percebê-los. Para Chklovski, por exemplo, o estranhamento está ligado à ruptura com uma percepção automatizada, cotidiana da linguagem — que, numa narrativa ou num poema, é desfamiliarizada, desviada — residindo aí a finalidade do texto poético. Neste existe sempre, dentro dessa concepção, uma tensão entre formas desautomatizadas e outras, menos transformadas.

A partir dessa concepção da literariedade, desde já pode-se entrever o fosso que separaria o texto jornalístico do literário e que seria o mesmo que distanciaria a

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



familiaridade da desfamiliarização. Entretanto, essa distância talvez não seja tão facilmente mensurável. Afinal, se a literatura é considerada uma forma de linguagem, o jornalismo também pode sê-lo. A linguagem jornalística talvez possa ser definida como uma espécie de *dicção*, uma forma de uso dos mesmos recursos, que, por sua vez, servem à produção de textos de propósitos bem diversos

A percepção da linguagem literária como “secundária”, marcada pelo deslocamento do uso cotidiano dos signos, mantém-se, não sem polêmica, ao longo de correntes teóricas tão diversas quanto o Estruturalismo francês e a Estética da Recepção alemã, que tem em Wolfgang Iser um dos seus nomes mais conhecidos. Assumindo o estranhamento como um valor literário fundamental, W. Iser desenvolve, nos últimos trinta anos do século XX, toda uma teoria do fenômeno literário voltada para os estudos da recepção e para o entendimento da necessidade antropológica de ficções. Em sua obra, Iser não dá destaque em momento algum nem ao texto realista nem, conseqüentemente, ao texto jornalístico. Preocupado em distinguir e caracterizar as relações específicas do literário, no entanto, o pensador alemão permite que, por contraste, sejam observadas as marcas de textos de outras naturezas.

Para Iser (1974, 1978, 1983, 1985, 1989, 1993) o texto literário se caracteriza por seu caráter ficcional. No entanto, “ficcional” aqui não deve ser entendido como mentira, algo oposto ao real, mas como um meio de caminho. O fictício seria construído com elementos extraídos dos discursos do real, mas que, reestruturados, possibilitariam a configuração do imaginário. Sendo uma habilidade humana fundamental, o imaginário seria também, por natureza, disperso e desorganizado. O texto ficcional, composto por fragmentos dos textos cotidianos, “reais”, possibilitaria então um mínimo de ordem para a manifestação do imaginário; algo assim como as regras e o espaço para um jogo aberto, livre e fundamental.

Na composição desse texto ficcional, Iser (1974, 1978, 1983, 1985, 1989, 1993) aponta três “atos” que são tanto procedimentos básicos de organização textual como também instrumentos pelos quais o fictício se constitui. Para ele, um texto é construído a partir da seleção de outros textos, que, fragmentados, fornecem os elementos para a nova tessitura. Em outras palavras, toda narrativa, por exemplo, é necessariamente fruto de relações intertextuais, dialógicas. No entanto, uma vez selecionados, os fragmentos são dispostos numa outra trama, são combinados numa economia outra, diferente da anterior. Esse segundo ato, a combinação, permite que se veja um texto como uma espécie de mosaico, no qual elementos diversos, que integravam discursos distintos, são postos lado a lado.

Pode-se observar que os atos de seleção e combinação são a forma desenvolvida por Iser para mostrar o funcionamento do princípio dialógico e, com isso, dizem respeito não apenas ao texto literário, mas a todo e qualquer artefato lingüístico. Afinal, tal como concebeu Bakhtin, a dialogia rege o funcionamento da linguagem na sua vida social. No entanto, conforme Iser, tais atos promovem, no texto, uma peculiar conjugação do familiar com o não-familiar. Afinal, se os fragmentos selecionados podem ser reconhecidos, eles são diversos em sua natureza e se encontram combinados numa forma diferente. Assim, os atos de seleção e combinação seriam os dois primeiros



passos para a produção do estranhamento literário e para a configuração do texto no universo do fictício.

O terceiro ato de ficcionalização, por sua vez, ao contrário dos outros dois, é peculiar à literatura. Para Iser, o mundo criado pelos atos anteriores se desnuda perante o leitor como uma criação de linguagem, como uma “realidade imaginária”, ou seja, como fictício. Assim, o texto literário estabelece um pacto com o leitor, em que este reconhece o mundo criado *como se* fosse real, consciente, no entanto, de seu estatuto ficcional. Em outras palavras, o leitor, no instante da leitura, vive a realidade ali estabelecida como tal, mas sabe que esse “mundo” tem validade limitada: ao fechar o livro, ou sair do cinema, ele desaparece. Segundo Iser, o texto ficcional se distingue dos outros porque deixa claro ao leitor que não apresenta a realidade, assumindo-se como fictício. Quando o leitor não reconhece tais marcas, os sinais de desnudamento da ficcionalidade, ele interage com o texto de forma equivocada e “lê errado”.

Dessa forma, o terceiro ato, o de desnaturalização, ou simplesmente “como-se”, acentua e faz culminar o uso da linguagem já estabelecido anteriormente na seleção e combinação de fragmentos. Aos poucos, o texto literário, ficcional, distancia-se do mundo “real”, produz um outro mundo, “estranho”, a partir das potencialidades figurativas da linguagem. Isso é deixado claro ao leitor, para que este possa, então, interagir adequadamente com o texto e operar o deslocamento do real e a *gestalt* do imaginário, simultaneamente.

Iser deixa claro, então, que existe uma intencionalidade no uso literário da linguagem que não passa despercebida ao leitor e que é manifesta em diversos níveis, como, por exemplo, no simples uso de expressões como “Era uma vez”. Para ele, a intencionalidade do texto já pode ser reconhecida no ato de seleção dos fragmentos intertextuais.

“A seleção de textos e contextos denuncia a direção a partir do qual o mundo é abordado pelo texto literário em questão. Essa relação básica, de mão dupla, entre texto literário e o contexto sociocultural acentua o arranjo das estruturas textuais, tornando os elementos encapsulados em signos demonstrando como o texto se relaciona com os sistemas social e literário a partir dos quais a seleção foi feita. (...) Assim, podemos dizer que o conceito de função designa a relação entre texto e realidades extratextuais e o significado das estruturas dentro do texto é revelada através da sua aplicação intencional” (ISER, 1993:226; tradução nossa)

Nesse sentido, pode-se observar que o pensamento de Iser vai na direção de uma espécie de “pragmática” do texto literário, uma vez que ele busca identificar e analisar



as relações que envolvem o ato cotidiano de leitura. Nessa perspectiva, o leitor tem um papel fundamental, pois é que localiza, alavanca, ativa a dimensão pragmática do texto. Com isso, ainda no caso específico do literário,

“[a] inovação de um texto surge principalmente da recodificação das alusões literárias tanto quanto das normas e valores sociais selecionados; a efetividade dessa recodificação depende do grau no qual o códigos e convenções do leitor são empurrados para o pano de fundo contra o qual uma nova experiência é adquirida. Ao mesmo tempo, os códigos do leitor guia a seleção que faz a relação texto/mundo ou a organização das estruturas intratextuais concretas para ele.(...) Assim, texto e leitor agem um sobre o outro num processo de auto-regulação. Visto desse ponto, o texto mesmo é uma espécie de processo, que leva da interação de estruturas à interação com realidades intratextuais e, em última instância, à interação com o leitor.”  
(ISER, 1989:229; tradução nossa)

#### **4 – Jornalismo, familiaridade e pacto de credibilidade**

O estudo de Iser a respeito do pacto ficcional e do estranhamento literário pode ser visto como algo bastante provocador em relação ao texto jornalístico. Muitas das relações delineadas pelo pensador alemão são encontradas de forma oposta no jornalismo. Afinal, como foi observado anteriormente, o sujeito semiótico do jornal se caracteriza por uma relação de familiaridade e não de deslocamento.

Essa perspectiva de abordagem da linguagem jornalística é certamente abrangente e tem como referência a prática recorrente, não os casos pontuais nem as exceções. Dessa forma, pode-se observar a importância do padrão jornalístico como uma forma de controle da ficcionalidade e de construção do pacto de credibilidade. Afinal, o leitor precisa confiar naquele texto como fonte segura do real. No entanto, essa credibilidade é ameaçada pela própria natureza do texto como artefato lingüístico.

Para que o leitor não leia um jornal como ficção é preciso então que o texto opere a linguagem de modo a controlar seu olhar. Nesse sentido, ainda que se busque uma certa liberdade narrativa nas matérias, é fundamental que essa criatividade estilística não rompa com o discurso jornalístico, tal como o concebe Lebowski. Se, como diz Iser, o texto literário “empurra” o repertório do leitor, no jornalismo esse choque, se desse, poderia ser disruptor do hábito de consumo e mesmo do pacto de leitura que se quer renovado, reiteirado a cada edição.



Assim, o estilo jornalístico de cada veículo — com ou sem o manual de redação — constitui uma espécie de padrão de controle do uso da linguagem de modo manter a familiaridade com o leitor. Esse padrão, mais que uma simples escolha de palavras, envolve uma série de rotinas de redação, de seleção e apresentação de fontes e dados que, em conjunto, tornam familiar ao leitor o texto. Esse “estilo”, então, passa a ser visto como “fórmula”, repetição de procedimentos textuais peculiares ao jornalismo e a cada veículo. Além disso, esse conjunto de “filtros” contribuem para constituir e estabelecer sua natureza referencial e denotativa

Se os atos de seleção e combinação, instrumentalizações do princípio dialógico, promovem a fusão do familiar com o não-familiar, no jornalismo, o movimento é o de apagamento do estranho. Isso envolve desde uma pré-seleção de quais discursos serão “fonte” de seleção jornalística até a escolha de um repertório de referências próximo daquele que se espera do público. Quanto maior essa similaridade, mais fácil a identificação. Ao mesmo tempo, a repetição dessas referências e o conjunto de detalhes informativos que compõem a tessitura jornalística trabalham na direção de conduzir o olhar do leitor para o mundo que ele já conhece, aquele que é “real”, ainda que, no ato de leitura, ele esteja usando de suas habilidades gestálticas para configurá-lo.

Assim, por exemplo, não é infrequente encontrar nas páginas dos jornais, por exemplo, as gírias ou expressões populares em voga num determinado contexto social, um procedimento que poderia surgir como “ousado”, mas que obedece à retórica da identificação e do reconhecimento do jornal no mundo e do mundo no jornal. Da mesma forma, um conjunto relativamente fixo de tipos sociais aponta para o conjunto de semelhantes referências familiares.

Por outro lado, é significativo observar que o contato periódico com o veículo jornalístico serve para estabelecer, no público, esse repertório. Se ele envolve um conjunto de referências histórico-sociais, por outro lado implica também a forma como tais “fragmentos” são combinados jornalisticamente. Essa combinação, por sua vez, não pode ser generalizada em tipos gerais, uniformes, sob o risco de impertinência, pois está diretamente ligada à identidade de cada veículo. Se é arriscado falar em padrão jornalístico geral, pode-se considerar que exista, então, por exemplo, um jeito “Playboy” de entrevistas, da mesma forma que um “estilo” JB de reportagens culturais. Em outras palavras, cada veículo interpreta à sua própria maneira a tradição narrativa jornalística — com os gêneros históricos — dando-lhes formatos reconhecíveis e identificáveis a cada edição. Qualquer inovação, nesse sentido, é feita sempre com muito cuidado e sob o risco de aborto.

A seleção e a combinação dos elementos intertextuais, no discurso jornalístico, portanto, obedece a rotinas e normas que promovem à fácil identificação do texto, tanto em seu formato, como em seu “assunto”. As reportagens sobre vida sexual nas revistas femininas ou a cobertura de decisões de campeonato no jornalismo esportivo diário não comportam muita “novidade”. Os tipos são os mesmos, os ângulos também, a forma narrativa semelhante, independentemente de qual aspecto da vida sexual seja abordado ou quais times estejam jogando. Ao escolher “ver” tais assuntos, o jornalista performa



um “modo de ver” já pré-estabelecido, rotinizado, que ressalta a repetição, o “de novo”, o familiar e não o estranhamento.

Isso se dá certamente porque enquanto a literatura assume seu estatuto ficcional, através da desnaturalização do mundo criado em suas páginas, o jornalismo conduz o olhar do leitor para outra direção. Ao invés de chamar atenção para o texto como artefato, o jornalismo precisa que o leitor “esqueça” que tem ali “apenas” um tecido de signos e não a realidade. Com isso, ao contrário de expor a artificialidade do vínculo texto/mundo, o jornalismo tenta fazê-lo o mais “natural” possível. A naturalização da narrativa se dá, em parte, pela reiteração do discurso jornalístico, como forma de acostumar o olhar do leitor todos os procedimentos, valores e marcas que o especificam.

Por outro lado, a naturalização acontece também via “apagamento” desse mesmo discurso. De tão “cotidiano”, o veículo jornalístico faz ver ao leitor não como ele diz, mas o que é dito. As fórmulas narrativas, a manutenção de um padrão estilístico e visual deixam de trazer informação ao leitor, abrindo espaço para que este leia o “novo”, ou seja, os acontecimentos do dia. Como uma padaria pela qual se passa em frente diariamente, o jornal como que se mostra “integrado” à paisagem, à realidade cotidiana. De tanto ver a padaria, o pedestre deixa de observar seus elementos arquitetônicos e só nota algo quando há uma novidade, que, no caso do jornalismo, seria a notícia. Ao invés de expor sua forma, desnudar-se como artefato lingüístico, o texto jornalístico veste-se de um “novo” produzido na rotina do cotidiano: do leitor, do discurso, da leitura, do mesmo.

Com isso, pode-se perceber o jornalismo como uma atividade tensionada entre o cotidiano, a repetição, e a necessidade do novo. Afinal, ainda que imperceptivelmente, o tempo se transforma constantemente, o que obriga o jornalismo a um esforço renovado de manter-se vinculado à realidade do leitor. Isso pode implicar novas formas narrativas, novo padrão visual, ou mesmo mudanças menores. Estas, porém, não podem ser tais que levem o leitor a ver o discurso fabricado do jornal e não sua narrativa naturalizada do mundo.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARTHES, R **O rumor da língua**. Trad. António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRANÇA, Vera. **Jornalismo e vida social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

ISER, Wolfgang . Feigning in Fiction. In: VALDES & MILLER (ed.). **Identity of the literary text**. Toronto: University of Toronto Press, 1985, p. 204-230;

— . Os atos de fingir, ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, L.(ed). **Teoria da Literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1983, v<sup>1</sup>.2, p.384-416;

---

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- . **The implied reader - patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett.** London: The Johns Hopkins University Press, 1974;
- **The act of reading - a theory os aesthetic response.** London: Routledge & Kegan, 1978;
- **Prospecting: From reader response to literary anthropology.** London: The Johns Hopkins University Press, 1989;
- **The fictive and the imaginary: charting literary anthropology.** London: The Johns Hopkins University Press, 1993;
- & BUDICK, Sudick (ed.). **Languages of unsayable: the play of negativity in literature and literary theory.** Stanford: Stanford University Press, 1987, 398p;.

LANDOWSKI, Eric A **sociedade refletida.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

REBELO, João. **O discurso do jornal.** Lisboa: Notícias editorial, 2000.

TOLEDO, Dionísio (org.). **Teoria da literatura: formalistas russos.** Porto Alegre: Ed.Globo, 1978.

<sup>1</sup> Krystyna Pomorska (1972), fazendo um estudo da escola formalista, observa, porém, que o termo surge ligado aos estudos do ritmo e da métrica realizados, entre outros, por Tynianov e Tomachevski, ainda que tenha sido Chklovski quem o aplicou à prosa.

---

<sup>1</sup> Krystyna Pomorska (1972), fazendo um estudo da escola formalista, observa, porém, que o termo surge ligado aos estudos do ritmo e da métrica realizados, entre outros, por Tynianov e Tomachevski, ainda que tenha sido Chklovski quem o aplicou à prosa.